

A DINÂMICA PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI: A Produção de Frango Semi Caipira

João Nilson da Rosa,
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados,
Jnilsonrosa@hotmail.com

Adryan Douglas Souza,
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
adryan95.as@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de pesquisar a produção no assentamento Itamarati, onde vivem 2.837 famílias em 50.127 hectares, considerando que após 18 anos de instalação ainda apresenta gargalos na gestão “dentro da porteira”, problemas críticos para o sucesso da fixação do homem no novo espaço transformado pela aplicação da política pública na reforma agrária outrora fazenda Itamarati. Neste contexto se pesquisou a dinâmica da produção do frango semi caipira como alternativa de produção e geração de renda ao assentado. Quanto à metodologia optou-se pelo método indutivo com a estratégia do pesquisador participante para entender o modo operandi de produção em escala com qualidade para atender a demanda local e regional na perspectiva de incrementar os resultados socioeconômicos para a fixação do produtor no novo ambiente geográfico objeto do estudo, considerando-se as adversidades representadas pela escassez de recursos financeiros e técnicos para prover a produção. Nos resultados apresentados constatou-se a satisfação geral dos produtores inscritos no projeto, configurando-se como ponto de partida para atrair os demais produtores do assentamento a se integrarem neste modelo produtivo, que agrega o poder público, as cooperativas e as Instituições de Ensino da região.

Palavras-chave: Frango Semi Caipira; Dinâmica da Produção; Assentamento Itamarati

1 INTRODUÇÃO

O Agronegócio Brasileiro responde por grande parte da movimentação de bens e capital do país, pois, responde por 48% do resultado da Balança Comercial do Brasil, MDIC 2018, desta forma é um dos principais alicerces da economia do país, com reflexos na geração

de empregos, distribuição de renda e gerador de divisas da cadeia econômica. Na segurança alimentar e na oferta de bens e serviços contribui de forma pontual no controle da inflação, nos resultados superavitários do balanço de pagamento do Brasil e de forma direta ou indireta na formação da receita fiscal nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

Neste contexto, a administração das coisas ligadas ao setor primário, especificamente, no agronegócio define-se como um conjunto de atividades que auxilia produtor rural para a tomada de decisão em assuntos estratégicos como aumento da produção, produtividade para alcançar o resultado econômico com eficiência e eficácia na alocação dos fatores de produção, terra, capital, mão-de-obra, tecnologia e a capacidade empresarial, na perspectiva de que o produtor rural perenize na atividade produtiva de alimentos.

A produção de alimentos saudáveis, com alto valor nutritivo e proteico é, atualmente, uma demanda prioritária do consumidor, fato que mitiga problemas de saúde pública e melhora a qualidade de vida das pessoas. Nos últimos anos, segmentos governamentais e não-governamentais brasileiros tem somado esforços para garantir a segurança alimentar e nutricional da população com participação significativa do pequeno produtor no processo.

Neste sentido, o assentamento Itamarati tem se constituído como um polo regional na produção de alimentos e com grande potencial de expansão, considerando-se a estrutura instalada e os números que cercam o assentamento, com 2.837 famílias assentadas em 50.127 hectares, na produção de hortifrutigranjeiro, carnes e seus derivados, produção de aves e seus derivados e nesta cadeia produtiva se implanta de forma organizada produto frango sem caipira, ocupando o espaço comercial, com demanda ascendente por suas qualidades nutricionais aliadas ao processo criatório com um apelo de produto orgânico caracterizada na redução drasticamente o uso de insumos industriais, como anabolizantes e aceleradores de crescimento sintéticos para o desenvolvimento e acabamento do produto final.

Esse sistema de produção artesanal do frango semi caipira, de crescimento mais lento, tem como resultado uma carne com textura tenra e saborosa que concentra todos os nutrientes do campo. Esse produto vem ganhando relevância no mercado e em debates nas entidades agropecuárias nos últimos anos, tanto, que acaba de ganhar um marco regulatório publicado no final de agosto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pois, apesar de fornecer um produto tradicional e de conhecimento popular o setor até então não era completamente regulamentado.

O sistema alternativo de criação de galinha caipira, ao mesmo tempo que resgata a tradição de criação dessas aves, tem como objetivo a segurança alimentar e nutricional das famílias e com a adoção do sistema busca minimizar os danos ao meio ambiente, realizando adequações necessárias no ecossistema em que está inserido, implantado o sistema produtivo de frango semi caipira orgânico, seja com relação às suas instalações e equipamentos ou na modos operandi de criar o animal na forma de alimentar ou medicar as aves.

A galinha caipira pode ser inserida em diversos mercados consumidores, com um apelo de produto ecologicamente correto pelo uso racional dos fatores de produção, principalmente, na forma racional do uso dos recursos naturais renováveis. O processo produtivo torna-se uma produção agroecológica, visto que, reduz a introdução de produtos químicos na composição da dieta dos animais, o que corrobora na saúde dos consumidores.

Esse trabalho visa contribuir para melhorar a organização da produção, reduzir perdas, produzir animais saudáveis e aumentar a renda do produtor, considerando-se que a produção natural é de inquestionável importância social e econômica, pois contribuem para a alimentação da população e auxilia na melhoria de vida dos agricultores familiares.

Neste contexto o trabalho de pesquisa centrou-se no assentamento Itamarati, onde a UFMS, através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas, implanta o projeto de criação de frango semi caipira na Cooperativa COPERAI com o apoio da Prefeitura Municipal, conforme informativo do Site pontaporã.ms.gov.br.

2 ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

De acordo com Hoffmann (1987), a Administração Rural, estuda e atua nas questões organizacionais do processo operacional da propriedade rural, visando ao uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores contínuos. A administração no agronegócio é tomada como função produtiva, consiste fundamentalmente nos atos decisórios da problemática da distribuição dos recursos com fins específicos de responder as questões do que produzir? Para quem produzir? e Como produzir? Respeitando a premissa básica da origem dos meios e fatores de produção e, dessa forma, otimizar os fatores e os meios para o bem social em geral.

A administração rural passou por várias modificações estruturais e comportamentais frente à nova ordem mundial, a globalização, consumindo conceitos antigos e reconhecendo

suas teorias na busca do aperfeiçoamento organizacional para o ramo rural.

A nova ordem da administração rural vem mostrar aos administradores uma quebra de paradigma, onde os conceitos de propriedade rural familiar deram lugar à empresa rural administrada por profissionais detentores do conhecimento científico, adaptando de forma flexível os conceitos administrativos à realidade rural brasileira.

O conceito geral de administração rural se relaciona à necessidade de controlar e gerenciar um número cada vez maior de atividades que podem ser desenvolvidas dentro de uma propriedade agropecuária. (ANTUNES,1999).

Segundo Heleno (2009, p. 22), “qualquer que seja o empreendimento, não importando se produz flores, milho, hortaliças, pequenos animais ou derivados de leite, exige-se hoje que princípios da administração sejam postos em prática”.

De acordo com a AVAL – Associação Brasileira da Avicultura Alternativa, 2019, a criação de frango semi caipira, para corte ou para produção de ovos, tem sido uma atividade de grande relevância para a agricultura familiar no abastecimento do mercado comercial em resposta à demanda por alimentos saudáveis e de boa procedência. Anuncia, ainda, que as regras para criação brasileira de frangos caipira a norma estabelece padrão de produção, rotulagem, manejo, abate, controle sanitário, insumos e aditivos, documentação, entre outras exigências para um dos alimentos mais tradicionais da culinária brasileira, a galinha caipira.

A Aval acredita que, além dos consumidores terem à disposição um produto mais saboroso e confiável, esse mercado deverá crescer muito nos próximos anos e a nova norma intitulada “Avicultura: produção, abate, processamento e identificação do frango caipira, colonial ou capoeira”, que define a criação e produção em escala dos frangos e galinhas caipiras, marco na história dessa criação no País que incentiva mais produtores a investirem neste tipo de manejo.

A ABNT publicou, em agosto de 2015 a norma técnica ABNT/NBR 16389:2015 - Avicultura – Produção, abate, processamento e identificação do frango caipira, colonial ou capoeira, esta norma especifica os requisitos para produção primária do frango caipira criado no sistema semiextensivo, como frango caipira, frango colonial, frango capoeira , aves oriundas de raças ou linhagens de crescimento lento, destinados à produção de carne, com idade mínima de 70 dias e máxima de 120 dias, criadas em conformidade com esta norma que ao final de seu ciclo produtivo destinam-se à produção comercial de carne.

Além de atender as legislações e diretrizes a produção do frango semi caipira para comercialização exige que haja um selo para diferenciação do frango de granja e do frango semi caipira, isso, facilitará a identificação pelo consumidor na composição do produto e suas informações.

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), 2003 publica a atualização do Sistema Alternativo de Criação de Galinhas Caipiras que altera e recomenda as técnicas que viabilizam ou potencializam a capacidade produtiva da criação da galinha caipira, nesse sentido, busca-se avançar no tema com novos conceitos e práticas da transição agroecológica, expressado no uso racional dos recursos locais e naturais renováveis, incluindo o uso dos fatores locais para a produção na cadeia do agronegócio, agregando a produção primária do frango semi caipira em todas as suas fases a produção do pintainho, fornecimento da ração, orientações técnicas, o processamento do produto final, toda a logística para a comercialização do produto, fomentando a integração de atividades no núcleo produtivo familiar.

No assentamento Itamarati está presente a COPERAI - Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati, onde são atribuídas a cooperativa o papel de mediação entre o Estado e a comercialização dos produtos dos cooperados funcionando como alternativa de produção em associação ou condomínio.

“Assim, as empresas cooperativas estão situadas entre as economias particulares dos cooperados de um lado, e o mercado de outro, aparecendo como estruturas intermediárias que congregam interesses comuns. Elas não possuem uma existência autônoma e independente dos seus membros, como ocorre nas sociedades de capital, mas surgem como organizações intermediárias postas a serviço da satisfação das necessidades das economias particulares dos cooperados” (JANK & BIALOSKORSKI, 1994).

A COPERAI foi regulada e funciona com base nos princípios do cooperativismo, que nortearam a criação do sistema de cooperação na produção e comercialização de produtos onde os pioneiros de Rochdale demonstraram os caminhos da produção em associação.

De acordo com a OCB/MS, 2019, o cooperativismo teve início em 1844 na cidade de Rochdale-Manchester, no interior da Inglaterra um grupo de 28 trabalhadores (27 homens e uma mulher) se uniram para montar seu próprio armazém, pois eles não conseguiam comprar o básico para sobrevivência no mercado da região, como solução, surge a proposta de comprar alimentos em grande quantidade e, assim conseguir preços melhores para divisão equitativa entre o grupo. Nascia a Sociedade dos Probos de Rochdale que abriu as portas pautada por valores e princípios morais considerados, até

hoje, a base do cooperativismo.

O entendimento de Ricciardi, 2000, discorre que o cooperativismo é uma organização social fundamentada na participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar comum aos participantes. Estas organizações estão alicerçadas nos princípios do cooperativismo, em diretrizes e valores universais de união de pessoas e não de capital. Visa as necessidades do grupo e não exclusivamente do lucro individual, busca a prosperidade do conjunto e não a individualidade, o que conduz ao desenvolvimento com justiça e prosperidade dos participantes.

Enquanto isso, Schneider, 2003, entende que o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade, com crença em valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. A cooperação está no fundamento de unir-se a outras pessoas para enfrentar situações adversas transformando-as em oportunidade e bem-estar econômico e social, através das ações realizadas pela constituição de um empreendimento no qual todos os direitos são iguais entre os envolvidos, que também se tornam sócios participantes dos resultados obtidos ao longo do período na contribuição das atividades.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho baseia-se nos objetivos composto de duas propostas, ou classificações que são a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva. A primeira, de acordo com GIL (2002, p. 41) “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, além disso esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Gil, 2002, contextualiza que foi utilizado a segunda classificação citada como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis e tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Quanto os procedimentos adotados, em um primeiro momento foi delineada uma pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e pesquisas em sites que aprofundam o entendimento do tema objeto desta pesquisa.

Como método utilizou-se de entrevistas realizadas na COPERAI, onde pesquisou-se junto a 30 dos 52 produtores cadastrados no projeto de produção do Frango Semi Caipira, onde busca-se a imersão do pesquisador como participante do meio com a aplicação dos quesitos com foco em único grupo ou comunidade e, em termos de sua estrutura social com a finalidade de se observar a interação dos seus componentes.

As informações gerais sobre a implantação do abatedouro no distrito de Itamarati, foram retiradas do site da Prefeitura de Ponta Porã.

Como auxílio na coleta das informações realizou-se pesquisas nos sites de órgãos municipais, estaduais e federais que fornecem informações e diretrizes das boas práticas de produção e a legislação para a produção do frango semi caipira aliado a elaboração e execução de entrevistas, através de questionários semi estruturados, junto a COPERAI e aos produtores

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com a proposta do projeto do trabalho de pesquisa, a produção de frango semi caipira como forma alternativa de perenizar os assentados do Itamarati, constata-se que as adversidades do assentado não está confinado no problema de dar o acesso à terra aos produtores ditos “sem terra”, mas este é o ponto de partida, considerando-se que para produzir no novo espaço geográfico passam por demandas de recursos financeiros, assistência técnica e assessoramento para escoar o excedente produzido.

Neste sentido o as decisões precedem alguns pressupostos básicos para a efetivação do que, para quem e como produzir, armazenar e comercializar os produtos. A pesquisa demonstrou gargalos no Assentamento Itamarati, representado na incerteza em várias fases na cadeia produtiva, seja na decisão do que deverá ser produzido, na logística, na comercialização e neste aspecto surge a dificuldade de empreender em determinado tipificação de produto de forma individual, visto que, 95% dos casos a produção é feita sem planejamento para o destino final, ou seja, os alimentos com origem no assentamento são, na maior parte, produzidos sem análise de demanda, formação de custos e assistência técnica em toda a cadeia produtiva situação que se constitui em mais um problema do que uma solução na geração de receita ao assentado.

Neste contexto, a ausência de planejamento prejudica de forma contundente a colocação da produção excedente, pois na eventualidade de equívocos na oferta do produto o

assentado se depara com mais um desafio, considerando-se que ele está participando e competindo com o mercado de alimentos que, via de regra, é abastecido por fornecedores de diversas regiões. Este fato poderá tornar-se um “gatilho” para a desmotivação dos produtores o que também pode levar a desistência da atividade ou a transferência da propriedade a terceiros formando parcerias ou de forma definitiva. Esse fenômeno já ocorre em 98% das propriedades formadas no sistema de agrovila. Este sistema de alocação do “sem terra” basicamente é composto por uma agrovila com a infraestrutura arranjada no fracionamento de lotes de 04 hectares por produtor onde fixam sua residência com 04 hectares e os demais, 08 hectares, são locados em condomínio numa área de terra chamada lote comunitário com média de aproximadamente 120 hectares equipada com pivô de irrigação.

Neste contexto a pesquisa junto ao grupo de 30 produtores do projeto de criação de frango semi caipira evidencia-se as adversidades relacionadas a resistência e luta do agricultor meeiro (parceiro) em fixar-se no campo explorando os 04 hectares, sede da propriedade, no trato agropecuário no sentido de obter alimento para sobrevivência e manutenção familiar e neste caso raramente há excedentes na produção para a comercialização e, assim obter recursos complementares na formação dos resultados da propriedade.

A renda extra com origem na parceria do lote comunitário minimiza a escassez de recursos financeiros em média contribui com R\$ 625,00/mês, porém insuficiente para manutenção familiar, visto que este valor é repassado anualmente pelo parceiro, valores referentes a utilização de 08 hectares o que gera uma renda anual de R\$ 7.504,00.

Diante destes fatos, o sistema cooperativista surge como uma alternativa para escoamento da produção; No assentamento se destaca a atividade da COPERAI – Cooperativa dos Agricultores do Assentamento Itamarati II, conforme seus registros, utiliza-se de parcerias com o poder executivo municipal e dos programas do governo para fomentar melhorias na produção “dentro da porteira”, na produção e aumento da produtividade, bem como na gestão “fora da porteira” ou no escoamento da produção e no auxílio da comercialização excedente, aquela produção de alimentos que os programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e dessa forma, funcionar como mediador das relações na cadeia produtiva de alimentos e agregar valor na formação da renda do produtor rural assentado no Itamarati.

A COPERAI é aberta a associação para todos os produtores, e a produção de frango semi caipira tem como um dos objetivos o incentivo inicial a 52 produtores como meio para “seduzir” e incorporar outros assentados no sistema de produção tendo como modelo o

cooperativismo criando um ambiente ótimo para, em 2019, a COPERAI ampliar o número de cooperativados, hoje com 183 sócios ativos do grupo total de 486 associados matriculados na constituição da cooperativa. Esses números revelam a adesão ínfima frente os 2.837 de famílias assentadas, mesmo com os benefícios da centralização e escala da produção agregado às vantagens competitivas nos preços comercializados, mesmo assim, observa-se que os benefícios não são suficientes para seduzir os produtores a associar-se à COPERAI.

Ressalvadas as adversidades do cotidiano a COPERAI procura alternativas para atender as demandas dos seus associados, organizando e diversificando as atividades dos produtores a exemplo do projeto da produção de frango semi caipira em execução, fruto da parceria com poder executivo do Município de Ponta Porã e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que coordena a implantação de todos os processos produtivos, incluindo-se o processamento e a comercialização do frango semi caipira. O Projeto contempla, inicialmente, 52 produtores de frango semi caipira, como pioneiros, na produção das aves com o propósito de atingir números mínimos de produção e comercialização que viabilizem a instalação do abatedouro na COPERAI, sendo este um dos pilares que sustentarão o projeto no futuro, previsto para o ano de 2020.

Estrategicamente, em meados de 2019, até se atingir o ponto de equilíbrio na escala da oferta de produtos acabados será necessário, como aprendizado, ações nos processos de produção e abate “dentro da porteira” que, com a assistência técnica prestada pelo corpo técnico dos agentes sanitários e pela AGRAER – MS (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), incluem como produzir e como processar o abate dos frangos prontos e à Cooperativa caberá a responsabilidade pela comercialização, visto que, no projeto apresentado para instalação do abatedouro, a COPERAI terá parcerias para comercialização do produto com a Prefeitura de Ponta Porã através do programa PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com a iniciativa privada através da rede de supermercados ABEVÊ.

Os excedentes poderão ser comercializados em outros nichos de mercado de acordo com a conveniência da COPERAI, dentre elas, as redes de supermercados, em hospitais, quartéis, Asilos, Creches, Presídios e em Cidades que avizinham Ponta Porã.

Dentre as estratégias comerciais da COPERAI está a decisão da contratação de um representante comercial para a prospecção de novos nichos mercadológicos para o produto frango semi caipira, considerando-se que o produtor não tem expertise no tato com o mercado

e, isoladamente, enfrenta dificuldades como a escala de produção, referência na origem do produto e a assunção da responsabilidade na comercialização, naturalmente, tiraria o foco da produção, além de onerar os custos com a logística. De acordo com estes pressupostos, a associação na produção incluindo-se a cadeia produtiva como um todo e nesse caso em cooperação torna-se fundamental no processo com ganhos em escala de produção, de preço e em competitividade.

Os Assentados, até então, criam aves “ditas” caipiras, sem raça definida, produzidas de forma informal, sem escala, orientação técnica ou um destino certo ao produto, ausentes de políticas comerciais e isso por si é um fator crítico para o sucesso se não observado, fenômeno que levou ao processo e proposição do projeto da criação organizada do frango semi caipira.

Na pesquisa observou-se que antes da proposta da produção seriada de frangos semi caipira, 30 produtores dos 52 cadastrados no projeto já vinham produzindo cerca de 20 a 30 aves em suas propriedades para consumo interno e a existência de excedentes é comercializada, de forma informal e individual, no próprio assentamento ou no centro urbano de Ponta Porã.

Dessa forma o papel da cooperativa se faz presente e indispensável na gestão “dentro da porteira” para introduzir as boas práticas de produção, seja no planejamento, na organização ou no controle das atividades como um todo e, assim, ser efetiva a tomada de decisão e de forma pragmática auxiliar o produtor no gerenciamento das atividades afim de maximizar a produção, minimizar os custos e atingir os níveis ótimos nos resultados socioeconômicos na perspectiva de fixar o homem no campo e mitigar o êxodo rural. Dessa forma a cooperativa possui grandes responsabilidades na aglutinação, motivação e capacitação dos produtores para eficiência na gestão da produção e, neste aspecto, tornar-se um fator fundamental no sucesso da implantação da proposta de diversificação das culturas e, em especial a produção de frango semi caipira, bem como em outras decisões que envolvem o que, para quem e como produzir com qualidade e quantidade suficientes para atender o mercado de forma contínua, em escala e com renda ao assentado.

5 CONCLUSÕES

Entre as conclusões desse trabalho encontra-se o paradigma da questão agrária representada pela subordinação do assentado ao capitalismo representado no uso indiscriminado da terra em busca da acumulação da renda, aliada a dependência do campesino em comercializar o seu produto ou aliar-se em parcerias com o capitalismo do agronegócio para

escoar a produção de alimentos face a escassez de alternativas para este fim. Este fenômeno evidencia a subordinação do pequeno produtor ao mercado capitalista, restando-lhe duas possibilidades: se subordina ou será expropriado.

Neste sentido, verifica-se que a simplicidade em desapropriar o latifúndio para instalação de grandes projetos de assentamento para os produtores rurais sem-terra, com criações de agrovilas, instalações de infraestruturas com a presença do Estado na saúde, educação e segurança não garante o sucesso desses empreendimentos pensados e desenvolvidos a partir da reforma agrária, isso se constitui em novos desafios e efetivamente a criação da agrovila, a instalação de novas estruturas e a presença do Estado nas áreas da saúde, educação e segurança não esgota este processo de mudança do espaço, pois a ocupação desse espaço demanda, naturalmente, políticas públicas complementares para oferta de recursos materiais, financeiros e assistência técnica aos produtores e a cadeia produtiva como um todo, incluindo a armazenagem e o escoamento dos alimentos.

O produtor do capitalismo do agronegócio possui seus interesses que convergem com o setor de serviços financeiros e bancários, onde as grandes corporações monopolistas e a serviço da acumulação de capital estão, a priori, interessadas na massificação da produção em escala e na originação das *commodities* agrícolas e, para tanto, altas cifras são investidas na alta tecnologia para mutação genética das sementes, máquinas e equipamentos com a finalidade de aumentar a produtividade.

As multinacionais que monopolizam a produção de sementes geneticamente modificadas, criadas para resistir a aplicação do veneno para parasitas, pragas e plantas invasoras, são pioneiras na produção da transgenia no soja e milho, *commodities* agrícolas, originadas no Brasil para servirem como matéria prima em outras nações, ou seja saem do País *in natura*, sem verticalização da produção, a industrialização.

Mesmo que a modernidade traga mais produtividade ela pode ser danosa à natureza e ao pequeno produtor fronteiriço das grandes lavouras de soja e milho, pois prejudica o cultivo de hortifrutigranjeiro nas pequenas propriedades pelas externalidades negativas causadas pelo uso do agrotóxico nesses cultivos que por indução do vento, atingem as plantações do campesino assentado, o que já ocorre em partes do assentamento Itamarati.

Essa submissão do campesino o torna refém das ações do agronegócio, prejudicando a produção do assentado considerando-se as externalidades negativas produzidas pela produção do agronegócio. Neste contexto, o agricultor assentado é minado na sua resistência de forma

pontual, funcionando como um “gatilho” para permanência no novo território onde foi assentado, portanto, transfere suas atividades a terceiros, geralmente ao capitalista do agronegócio. Inúmeros produtores desistiram da produção orgânica, outros resistem, geralmente os pronafianos, que usam os recursos do programa para construir estruturas para mitigar o impacto negativo do uso do agrotóxico na produção do agronegócio.

A reinserção do agronegócio no espaço, outrora reserva para a “agricultura familiar” assentada no Itamarati gera danos à proposta de construir um novo território para o desenvolvimento local e regional o que poderá, no futuro, se constituir em uma nova realidade na expressão da retomada das terras do assentado remodelar o espaço a serviço do capital do agronegócio e da monocultura intensiva. Esse processo despreza os esforços dos movimentos sociais na luta pela terra, e a aplicação da política da reforma agrária, no desperdício dos recursos públicos investidos na aquisição da Fazenda e na sua reestruturação para implantação do assentamento nos anos 2000.

Quanto ao acesso a recursos do PRONAF consta-se, mesmo com os gargalos, que existe a satisfação dos pronafianos assentados já que seus objetivos foram alcançados. Há sinalizações positivas de que o crédito é um instrumento eficiente para fixação do homem no campo, constata-se que não basta apenas fornecer a terra e alocar o homem “sem-terra”, nesse novo espaço remodelado, é preciso criar as condições mínimas para a permanência no local de forma viável e, assim, mitigar o êxodo rural.

O Estado atuante e vigilante às demandas sociais deve intervir neste novo espaço, mudado pelo próprio movimento social, com a promoção de políticas públicas que desburocratizem o acesso aos recursos públicos como forma de solucionar os problemas do assentamento sob pena de tornar-se um novo município cercado pelo agronegócio, considerando que as características da contemporaneidade sinalizam neste sentido.

A realização deste trabalho evidencia pontos positivos, ressaltando-se a presença do Estado através da Política Pública Municipal que apoia o projeto em diversas frentes, destacando-se ao fomento junto aos produtores, na implantação da produção “dentro da porteira”, no processamento, armazenagem, e comercialização objetivando a incentivo da produção associativa e cooperativa, fatores críticos de sucesso.

Há inserção de novos projetos como a produção do frango semi caipira, em ensaio inicial com 52 produtores selecionados entre os produtores ativos na cooperativa, que em conjunto com a Prefeitura de Ponta Porã e a UFMS através da sua Incubadora Tecnológica de

Cooperativas Populares, viabiliza-se a produção em escala, contínua, estando preparada para incrementar a produção ou a produtividade em eventual aumento da demanda regional pelo produto.

No aspecto comercial do produto final é fundamental o apoio do executivo Municipal com programas sociais como o PNAE, considerando-se a garantia na venda do produto viabilizando a atividade e fecha a cadeia produtiva, contribuindo dessa forma a fixação do homem no campo, motiva e fomento a integração de outros produtores nesse sistema de produção.

Por fim, este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, pois, verificou-se a necessidade de apontamentos futuros sobre os níveis de capacitação em gestão para os assentados respeitando a cultura e as peculiaridades da população assentada, sem desprezar que vivemos em um regime capitalista e extremamente competitivo.

As atitudes proativas serão o principal diferencial para o sucesso dos objetivos da reforma agrária, pautado pelo crescimento e desenvolvimento desta região com satisfação socioeconômica.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Normas para criação de frango caipira.** Disponível em <<https://www.abntcatalogo.com.br/>>. Acessado em 17 de Fev. 2019.

ANTUNES, Luciano Médici. **Manual de administração rural: custos de produção.** Guaíba: agropecuária, 1999.

AVAL – **Associação Brasileira da Avicultura Alternativa.** Disponível em: <<https://aval.org.br/>>. Acessado em 10 de Jun. 2019.

Dimas, I. S. J; **Criação de frango caipira visando a produção orgânica em pequenas propriedades no município de Bocaiúva do Sul- PR.** Disponível em <<https://tconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/06/CRIACAO-DE-FRANGO-CAIPIRA-VISANDO-A-PRODUCAO-ORGANICA-EM-PEQUENAS-de-PROPRIEDADES-NO-MUNICIPIO-DE-BOCAIUVA-DO-SUL-PR.pdf>> Acessado em 17 de Fev. 2019.

EMBRAPA – **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/43878138/sistema-de-criacao-de-galinhas-caipiras-tem-nova-edicao>>. Acessado em 15 de Jul. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo. **Administração da Empresa Agrícola.** São Paulo: Pioneira, 1987

III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

10 a 13 de setembro de 2019 | Naviraí - MS



JANK, Marcos Sawaya; BIALOSKORSKI, Sigismundo, NETO. **Comércio e negócios cooperativos**. São Paulo: ICA/ACI. 1994. 17p.

OCB – MS. **Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: < <http://www.ocergs.coop.br/>> Acesso em: 09 ago. 2019.

RICCIARDI, L. & LEMOS R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acessado em 16 Jul 2019.

P.P – **Prefeitura Municipal de Ponta Porã**. Disponível em: <<https://pontapora.ms.gov.br/v2/prefeitura-e-ufms-aceleram-projeto-de-cadeia-produtiva-no-distrito-de-itamarati/>>. Acessado em Jul. 2019.

SCHNEIDER, J. O. (org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.